



# As Origens da Economia Política Clássica

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia - UNB

Pesquisador Nível IB do CNPq



# As origens da economia política

- Por volta de meados do século XVIII observa-se uma crescente concentração de escritos a respeito de temas econômicos, mais precisamente, temas relacionados à vida comercial.
- O que diferencia esses escritos dos trabalhos anteriores é que tais temas passam a ser vistos como temas suscetíveis de análise científica.
  - Infusão de procedimentos intelectuais oriundos da filosofia e das ciências da natureza.
- Os escritores desses tratados são agora livre-pensadores cujo interesse é analisar de forma sistemática a reprodução da vida material em sociedades mercantis.
  - Esse é o objeto da economia política: as relações entre os homens na reprodução da vida material.

# O ponto de partida

- Existem certas dificuldades metodológicas com a definição do ponto de partida da economia política.
  - O que se entende por “ciência válida” hoje em dia afeta e condiciona as interpretações sobre o passado, produzindo-se uma multiplicidade de “histórias do pensamento econômico”.
  - Natureza da ciência: a economia política tem um objeto de estudo - as relações mercantis - que sofre contínua transformação e tem a sua vigência datada.

# O ponto de partida

- *“Pelo fato de alguns itens da temática econômica antecederem o ambiente vital da economia política, houve uma reflexão sobre problemas econômicos antes da constituição de um sistema de pensamento econômico minimamente identificado. Reconhecer manifestações remotas de pensamento não nos deve levar a deixar de caracterizar a economia política como um sistema datado, o que de antemão condiciona historicamente o seu ponto de partida” (Coutinho, 1991, p.20).*

# O ponto de partida

- Outro problema para a identificação do ponto de partida da 'economia política' refere-se a natureza da ciência em formação.
  - No caso do ponto de partida devemos caracterizar não uma escola ou período; mas os condicionantes da formação de um campo específico e delimitado de especulação.
  - A delimitação do campo de investigação científica e da metodologia pertinente estava ainda em processo durante a fase dos "precursores". Dessa forma, os mesmos acabaram por mesclar a reflexão econômica e diversos outros tópicos (administração pública, filosofia política e etc).
  - Não podemos procurar nos precursores a estrutura de um sistema ainda não constituído.

# As raízes da economia política

- Existem elementos nos escritos dos precursores da economia política que nos permitem considerar a economia política tanto como um desdobramento da filosofia do direito natural, como uma resposta específica às questões suscitadas pelo crescimento agrícola e manufatureiro anterior à Revolução Industrial, bem como o elemento político contido na ideologia liberal.
  - Racionalismo e Iluminismo
  - Controvérsias sobre temas econômicos correntes.
  - Liberalismo.

# Racionalismo e Iluminismo

- O Racionalismo e o Iluminismo se constituem nas raízes filosóficas da economia política.
- *Jusnaturalismo*: Existência de uma “natureza humana”, a qual condiciona e determina a ação dos homens e que pode ser conhecida pela Razão. Daqui se segue que o comportamento humano é tido como certo e regular, sendo passível, portanto, de conhecimento por parte da razão.
- Do *Jusnaturalismo* a economia política também herda o debate sobre os fundamentos da vida em sociedade.
  - O racionalismo Jusnaturalista funda o Estado e a legitimidade do poder na contraposição entre a sociedade civil e o estado da natureza.
  - Hobbes: “*Hominis lupus hominus*”.
    - No estado da natureza, os homens seguem os seus instintos básicos e o resultado é o caos e a desordem. O poder do Estado se legitima como necessário para garantir a ordem social.
  - A uma tensão na filosofia *Jusnaturalista* que se expressa na conciliação problemática entre a liberdade individual e a vida em sociedade.
- A economia política propõe uma solução para esse problema ao postular que na sociedade econômica a busca do benefício privado irá redundar em benefício para toda a sociedade.



# Controvérsias sobre temas econômicos

- Tanto na França como na Inglaterra as controvérsias sobre economia e política econômica ganharam um enorme espaço nos séculos XVII e XVIII.
  - Mercantilismo: Trata-se de um corpo integrado de políticas de Estado em defesa da Riqueza nacional.
- Deve-se ressaltar que não existe sob o mercantilismo um pensamento econômico uniforme e muito menos uma escola de pensamento.
  - Os autores mercantilistas divergem em numerosas questões e suas idéias não são apresentadas por um conjunto de procedimentos minimamente coerente.
  - A sua importância para o desenvolvimento da economia política está em colocar o pano de fundo para o posterior desenvolvimento da reflexão sistemática em economia.
- As questões colocadas pelo mercantilismo eram aquelas relacionadas a existência dos Estados Nacionais: discussão a respeito da riqueza da nação e do soberano, digressões a respeito das causas do atraso e do progresso das nações, existência de “puzzles” como, por exemplo, a ultrapassagem dos países Ibéricos pela Holanda e posteriormente pela Inglaterra.

# A bandeira do Liberalismo

- Uma parte do sucesso da difusão da economia política deve-se ao fato de que ela deu substrato científico ao liberalismo de meados do século XVIII.
- Deve-se observar, contudo, que o liberalismo não é um mero apêndice ideológico à ciência da economia política, mas é um dos seus elementos constitutivos.
  - Para que se possa entender o porque dessa afirmação temos que remeter a economia política ao ambiente político e filosófico que a envolveu.
    - Iluminismo: “conhecer para prescrever”.
  - O liberalismo considera a existência de leis econômicas naturais, as quais o governo deveria se esforçar por preservar.
- Não existiria uma incompatibilidade entre a admissão da existência de “leis econômicas naturais” e o entendimento de que o conhecimento deve ser utilizado para transformar a sociedade?
- Naquelas circunstâncias históricas tal incompatibilidade não existiria, isso porque o liberalismo se opunha ao mercantilismo e aos obstáculos que as políticas mercantilistas impunham ao progresso das leis naturais.

# Os Fisiocratas

- A escola fisiocrata deve ser considerada um elemento importante para a constituição da economia política clássica, isso porque ela foi capaz de subordinar a intervenção nas questões concretas da vida econômica a um sistema de elevado grau de abstração.
- Contribuição mais marcante: entendimento do sistema econômico como um conjunto de grupos sociais e setores produtivos interligados entre si por fluxos mercantis; a noção de excedente econômico e de produtividade do trabalho; clara compreensão do conceito de capital e da subordinação do desenvolvimento econômico à acumulação de capital.
- Auto-intitulam-se fisiocratas um grupo de pensadores franceses reunidos em torno da liderança intelectual de F. Quesnay.
- O universo social seria regido por leis naturais, as quais compreendiam leis físicas e morais.
  - A “ordem natural” da sociedade não é, contudo, da mesma ordem que a da natureza física: os seres humanos podem criar obstáculos à sua realização.
  - O Soberano não deveria impor leis que estivessem em desacordo com as leis naturais.

# Os Fisiocratas

- A questão concreta que mais preocupava os autores fisiocratas era a questão referente ao atraso econômico relativo que a França tinha com respeito a Inglaterra.
- Três tópicos principais na agenda política fisiocrata:
  - Defesa do livre-comércio.
  - Defesa do Imposto único
  - Atenção à infra-estrutura produtiva.

# Agenda Política

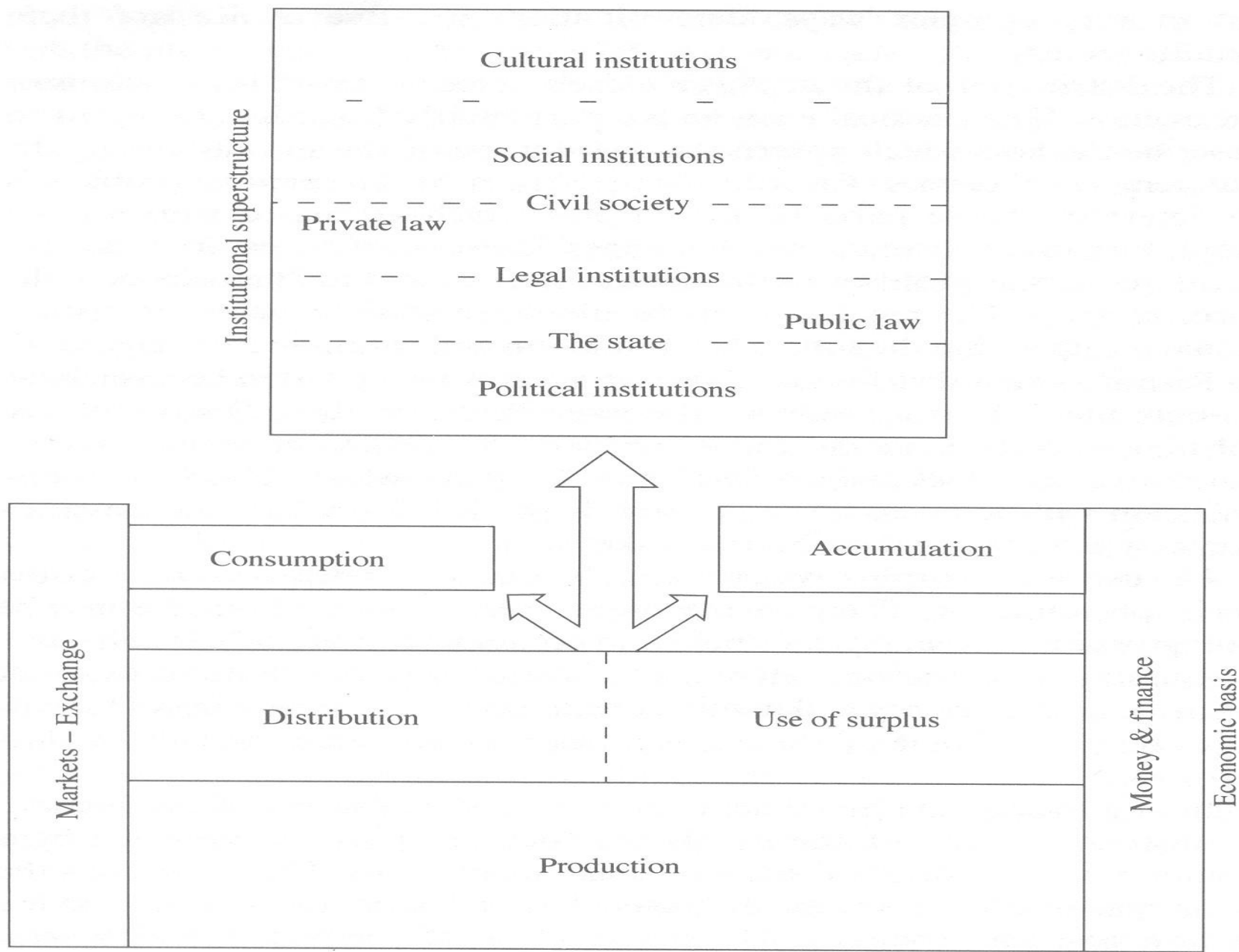
- Segundo Quesnay, o livre-comércio de cereais seria a condição necessária para a estabilização dos preços agrícolas.
  - A política Colbertista de cerceamento à exportação de cereais e ao livre-comércio dos mesmos dentro das fronteiras nacionais teria contribuído para manter os preços dos gêneros agrícolas num patamar baixo, desestimulando a produção agrícola.
- O imposto único sobre a renda fundiária beneficiaria toda a nação pois nem deprimiria a subsistência dos trabalhadores e nem a capacidade de investimento dos empresários.
- Por fim, a realização de obras de infra-estrutura, tais como drenagens e estradas, seria uma destinação útil ao excedente convertido em renda, o que permitiria um maior desenvolvimento econômico.
  - *“O laissez-faire não implicava omissão do poder público. Muito ao contrário, fornecia o arcabouço de um amplo programa de transformações econômicas”* (Coutinho, 1991, p.65).

# Viés Agrícola

- O “viés agrícola” típico do pensamento fisiocrático não se origina de um culto ingênuo a natureza, mas de uma rigorosa exigência do sistema de pensamento fisiocrático.
  - Os fisiocratas estavam interessados fundamentalmente na análise das “leis naturais” que permitem a “reprodução contínua” da vida social, portanto, o seu foco de análise é a “teoria da reprodução”.
  - A reprodução da vida social exige a geração de um excedente econômico que permita não só a manutenção dos indivíduos que não trabalham diretamente na produção de gêneros de subsistência como também permita a “reprodução ampliada” da vida econômica ao longo do tempo.
  - A subsistência é definida como o consumo de gêneros agrícolas, dessa forma, o excedente tem que ser definido como o excesso de produção agrícola sobre os insumos.

# A Noção de Excedente Econômico

- Definição de excedente: é aquela parte da riqueza da sociedade que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo.
  - O excedente é importante quer por ser a base de um consumo superior ou não-necessário quer por ser a fonte de crescimento do sistema por intermédio da acumulação de uma parte desse excedente.
  - Além disso, a existência do excedente permite a construção de uma super-estrutura institucional que regula os aspetos legal, social, político e cultural da sociedade.



Scheme 1.



# A Noção ...

- A noção de excedente econômico coloca três questões para serem debatidas:
  - A avaliação do excedente.
  - A origem do excedente.
  - A atribuição ou a apropriação do excedente.

# A Avaliação e a Origem do Excedente

- Para autores como Napoleoni (1978), os fisiocratas nunca foram capazes de avaliar o excedente em termos de valor, mas unicamente em termos físicos.
  - A avaliação em termos de valor implicaria na utilização de uma “teoria do valor”, a qual nunca foi desenvolvida pelos fisiocratas.
  - Dada a inexistência dessa teoria, os fisiocratas só podiam avaliar o excedente naqueles setores de atividade nos quais cada um dos bens empregados no processo produtivo se encontra em maior quantidade no conjunto de bens produzidos pelo próprio setor.
    - Esse setor é obviamente a agricultura.
- Se o excedente surge precisamente naquela atividade em que a terra intervém como elemento determinante do processo produtivo, segue-se que é a própria terra que se atribui o poder de dar origem ao produto líquido.
  - O único trabalho produtivo é o trabalho agrícola e o excedente se origina da “fertilidade natural do solo”.

# A Atribuição do Excedente

- No que se refere ao problema da atribuição do excedente, o pensamento fisiocrático se caracteriza pelo fato de que o produto líquido é inteiramente apropriado sob a forma de renda fundiária.
  - A renda obtida pelo arrendatário da terra não é considerada como lucro, mas como parte dos gastos de produção e assimilada ao salário do trabalhador agrícola.

# O *Tableau Economiqué* de Quesnay

- O “Quadro Econômico” de Quesnay simula uma situação de reprodução anual da economia à uma mesma escala, expondo os movimentos do excedente, tendo em vista a manutenção do estado-estacionário.
- Pressupostos do Quadro Econômico:
  - Teoria da produtividade exclusiva do trabalho agrícola.
  - Caracterização das classes sociais relevantes.
- Distinção entre classe produtiva e classe dos proprietários de terra
- Essa distinção está baseada em duas ordens de ponderações:
  - Direito a propriedade da terra e, por conseguinte, a renda que ela provém.
  - Natureza econômica dos gastos.

# O Tableau ...

- As classes produtivas são aquelas cujos gastos são reprodutivos (ou seja, reproduzem a riqueza social); já as classes estéreis são aquelas cujos gastos transformam a matéria mas não reproduzem.

# Hipóteses do *Tableau*

- Sociedade dividida em três classes sociais:
  - Classe produtiva: composta pelos arrendatários capitalistas e pelos assalariados agrícolas.
  - Classe estéril: constituída por todos aqueles que exercem sua atividade à margem da agricultura.
  - Classe dos proprietários de terra: composta pelos indivíduos que não exercem qualquer tipo de atividade econômica, mas que possui direito a percepção de renda
    - A renda da terra se origina fundamentalmente devido a “escassez de terras” e ao direito de propriedade.

# Hipóteses ...

- Condições iniciais supostas pelo “quadro econômico” dos Fisiocratas:
  - Produção agrícola: 5 trilhões de u.m a qual se acha composta por alimentos no valor de 3 trilhões e matérias-primas no valor de 2 trilhões.
  - Essa produção foi obtida por intermédio de “avances annueles” no valor de 3 trilhões (2 trilhões para a subsistência dos trabalhadores e 1 trilhão em manufaturas).
  - Produto líquido = produção bruta - “avances anuelles” = 2 trilhões.
  - Produção de manufaturas: 2 trilhões.
  - Estoque inicial de moeda (nas mãos da classe produtiva): 2 trilhões.

# A Reprodução da Vida Social

- O grande problema posto pelo *Tableau Economique* é determinar de que modo a riqueza global, assim inicialmente localizada, é redistribuída entre as três classes sociais de forma que:
  - Seja paga a renda àqueles que tem direito a ela.
  - Sejam produzidas as condições para que se possa recomeçar o ciclo produtivo em escala inalterada no próximo período.



# O Quadro na versão de Sweezy (1985)

274

APÊNDICE A

lhões de dólares — soma igual ao produto líquido da agricultura. A classe estéril conserva dois bilhões em produtos manufaturados.

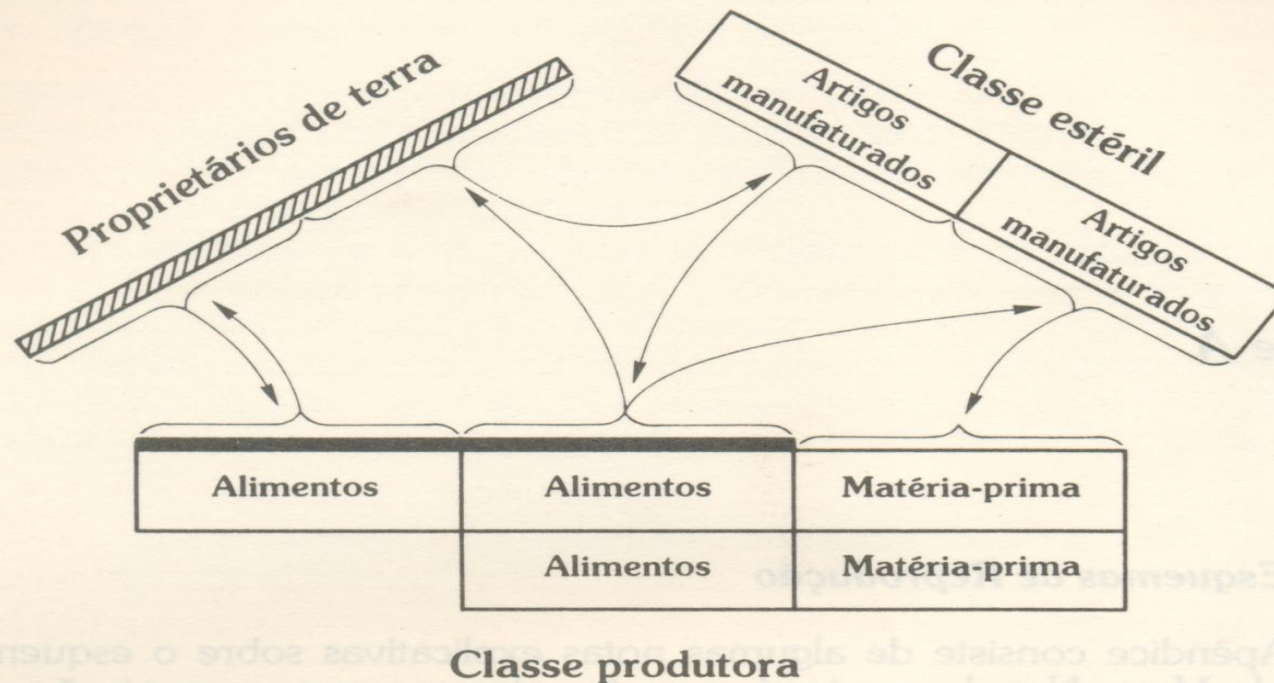


Diagrama 1

# Importância do Excedente

- Permite a manutenção de uma importante atividade manufatureira, a qual, por sua vez, permite a elevação das possibilidades de consumo da sociedade.
- Uma renda ampla permite a ampliação do processo econômico através da inversão, na própria terra de parte dessa renda (*avances fonciers*)
  - Desenvolvimento através da acumulação de capital.
- A acumulação de capital não seria um processo indefinido para os fisiocratas uma vez que se deve chegar ao momento no qual todo o território será “levado ao grau máximo de cultivo”.

# Conclusões do Quadro

- O funcionamento do “Quadro Econômico” e, portanto, a reprodução dessa economia depende do pagamento da renda fundiária e da maneira pela qual os proprietários gastam a sua renda.
  - O gasto excessivo dos proprietários de terra em produtos manufaturados reduziria os preços dos gêneros agrícolas porque uma parte desses gastos seria canalizado para a realização de compras no exterior.
  - Os gastos dos produtores rurais também exercem um papel decisivo na reprodução : “adiantamentos anuais” e “adiantamentos primitivos”.
    - Esses adiantamentos são indispensáveis a geração do excedente líquido na agricultura.

# Conclusões...

- A fórmula aritmética simula uma economia em “estado estacionário” o qual é garantido por uma certa proporção quantitativa entre valor da produção, valor dos adiantamentos, despesa com manufaturas e gasto dos produtores agrícolas.
- O objetivo último do esquema é alertar para a possibilidade de um retrocesso econômico se alguma dessas condições não forem respeitadas.
- Essas condições também apontam para aquelas decisões que são capazes de acelerar ou fazer retroceder a economia.
  - Decisões de gasto (destino dado à renda fundiária)
  - Medidas de governo.

# Conclusões ...

- Os proprietários de terra condicionam a dinâmica do sistema agrícola de duas formas: ao optarem entre consumo de produtos manufaturados e consumo de produtos agrícolas e ao decidirem a proporção do rendimento destinado às despesas de infra-estrutura.
- As medidas de governo, por seu turno, podem criar um quadro favorável ou desfavorável a prosperidade: o livre-comércio, por exemplo, sustenta os preços dos gêneros agrícolas, favorecendo assim a geração de excedente.

# Valor e Capital

- Os fisiocratas não são “cegos” com respeito a importância dos preços no desenvolvimento econômico.
  - A defesa do livre-comércio de cereais se fundamenta, portanto, na idéia de que o mesmo seria capaz de assegurar “bons preços” para os gêneros agrícolas.
    - Os “adiantamentos anuais” só ocorrerão caso prevaleça o “bom preço”, ou seja, um preço que exceda suficientemente os custos de produção.
  - Portanto, o sistema fisiocrático não deixa de se preocupar com o problema do valor, mas não desenvolve uma teoria dos preços relativos.

# Valor e Capital

- Uma ausência notável no sistema fisiocrático é o conceito de “taxa de lucro”.
- Dessa forma, todo o excedente produzido na agricultura é apropriado pelos proprietários na forma de renda da terra (não há lucro no sistema)
  - Isso se deve, em parte, ao fato de que *Quesnay* considerava os adiantamentos (primitivos e anuais) como despesas.
  - Os fisiocratas não lograram em transformar as proposições sobre os adiantamentos em uma teoria do capital e dos lucros.

# A Abordagem Excedentária para o Valor e a Distribuição

Prof. José Luis Oreiro  
Departamento de Economia - UNB  
Pesquisador Nível I do CNPq.



# O Núcleo da Abordagem do Excedente

- A teoria clássica do crescimento e da distribuição de renda se baseia no conceito de “excedente social” (*social surplus*), desenvolvido por *François Quesnay* na sua obra *Tableau Economiqué* (1758), tendo se tornado dominante com os economistas clássicos ingleses, notadamente *Adam Smith* e *David Ricardo*.
- Quesnay observou no seu *Tableau Economiqué* que se o produto social tivesse que ser obtido ano após ano, sem aumento ou diminuição, então uma parte do mesmo teria que ser reempregado na produção, quer sob a forma de reposição dos meios de produção, quer sob a forma de subsistência dos trabalhadores agrícolas.
- O que sobrasse do produto anual se constituiria num excedente, o qual poderia ser empregado pela sociedade quer para a acumulação de capital (crescimento do produto anual) quer para o consumo de uma classe ociosa (os proprietários de terra).

# O Núcleo ...

- O *excedente social* pode, portanto, ser definido simplesmente pela seguinte relação:

- $$E = PT - CN \quad (1)$$

# O Núcleo ...

- Consideremos inicialmente uma economia que produz um único bem (trigo), de maneira que o produto total e o consumo necessário são constituídos da mesma mercadoria.
- Essa hipótese é extremamente conveniente porque permite que lidemos com a questão da mensuração do excedente sem ter que determinar a relação de troca - os preços relativos - entre os diversos bens.
- Para que se possa determinar o *excedente* de forma residual é necessário que se conheçam as seguintes magnitudes:
  - A taxa de salário real.
  - O tamanho do produto social.

# O Núcleo ...

- Supondo que o consumo necessário é unicamente constituído pela *folha de salários*.
- E que os trabalhadores são pagos diretamente em trigo no *início do período de produção* - de forma que a folha de salários faz parte do “capital” envolvido nesse processo.
- Então o montante do consumo necessário estará inteiramente determinado a partir do momento em que se conhecer :
  - O número de trabalhadores empregados;
  - A taxa de salário real, ou seja, a quantidade de trigo que cada trabalhador recebe como pagamento pelos seus serviços.

# O Núcleo ...

- A hipótese básica dos economistas clássicos a respeito da taxa de salário real é que a mesma tende ao *nível de “subsistência” da força de trabalho*.
- Deve-se ter muito cuidado com o termo “subsistência”, pois o mesmo sugere a primeira vista a simples reprodução biológica da força de trabalho.
- A subsistência não deve ser encarada do ponto de vista estritamente fisiológico, mas sim do ponto de vista sócio-histórico.
  - Trata-se daquele nível de salário real que cada sociedade, em cada momento e circunstância histórica específica, considera o mínimo indispensável para os trabalhadores manterem a si mesmos e a sua família

# O Núcleo ...

- *“Não se deve entender que o preço natural do trabalho (...) seja absolutamente fixo e constante. Varia num mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo dos hábitos e costumes dos povos. Um trabalhador inglês consideraria seu salário abaixo do nível normal (...) se não lhe permitisse comprar se não batatas, nem viver numa habitação melhor do que um casebre de barro. No entanto, mesmo essas elementares exigências da natureza são frequentemente consideradas suficientes em países onde a ‘vida humana é barata’” (Ricardo, 1817, p.83)*

# O Núcleo ...

- O ponto a ser ressaltado é que, embora o salário real não seja imutável ao longo do tempo, ele deve ser tomado como um dado do ponto de vista da determinação do excedente.
- Em outras palavras, a magnitude do excedente não tem nenhum efeito direto e imediato sobre o nível de salário real
  - Não existe, para os economistas clássicos, uma relação entre preços (distribuição de renda) e quantidades (nível de utilização dos recursos produtivos existentes).
  - Separação entre a teoria da distribuição e a teoria da determinação do nível de utilização dos recursos existentes.

# O Núcleo ...

- Que ou quais mecanismos econômicos garantem que a taxa de salário real tenda a permanecer ao nível de “subsistência” da força de trabalho?
- No contexto da teoria clássica existem pelo menos dois mecanismos fundamentais, a saber:
  - A dinâmica populacional de Smith e Malthus.
  - O “exército industrial de reserva” de Marx.



# O Núcleo ...

- Segundo Smith e Malthus se a taxa de salário real superar o nível de subsistência da força de trabalho; então os trabalhadores começarão a ter mais filhos; o que irá acelerar a taxa de crescimento da força de trabalho.
- Esse aumento da oferta de trabalho irá, por sua vez, aumentar a concorrência entre os trabalhadores pelos empregos disponíveis, reduzindo o poder de barganha dos mesmos.
- Isso irá fazer com que o salário real se reduza até o nível de subsistência da força de trabalho.
- Quando isso ocorrer, então a força de trabalho voltará a crescer à uma taxa constante.

# O Núcleo ...

- Marx, por sua vez, considerava a existência de economias *duais*, ou seja, economias que possuem um *setor capitalista* (alta produtividade) e um setor *tradicional* ou *artesanal* (baixa produtividade).
- Nesse contexto, o progresso tecnológico no setor capitalista destruiria progressivamente o setor tradicional, desempregando uma grande quantidade de trabalhadores.
- Devido as diferenças na produtividade entre os dois setores, uma parte dos trabalhadores desempregados no setor tradicional não conseguiria emprego no setor capitalista, constituindo o assim chamado “exército industrial de reserva”.
- Esse contingente de desempregados limitaria o poder de barganha dos trabalhadores, impedindo que o salário real se elevasse de forma persistente com relação ao nível de “subsistência” da força de trabalho.

# O Núcleo ...

- No contexto da teoria clássica, o volume do produto social depende de dois conjuntos de circunstâncias, a saber:
  - O tamanho do estoque de capital, o qual determina o número de trabalhadores produtivos empregados.
  - As condições técnicas de produção, as quais determinam o produto físico que pode ser obtido a partir do número de trabalhadores produtivos empregados.

# O Núcleo ...

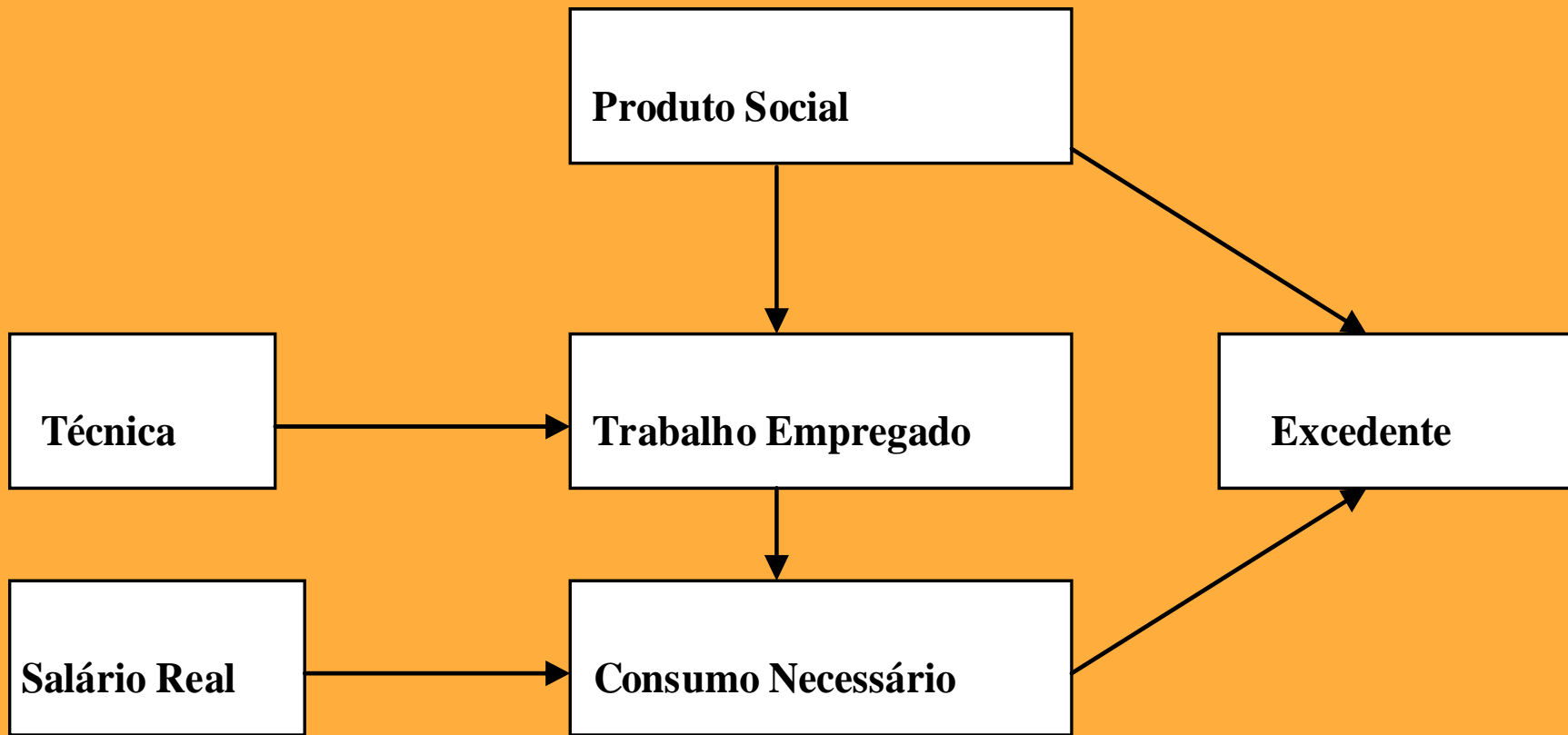
$$X = \frac{X}{L} \frac{L}{K} K = qvK \quad (3)$$

# O Núcleo ...

- Na equação (3)  $q$  e  $v$  são variáveis que representam as condições técnicas de produção.
- Por um lado,  $v$  apresenta a razão na qual trabalho e capital se combinam para produzir uma determinada quantidade de produto.
- Dada a tecnologia de produção, a relação trabalho-capital é fixa .
- Isso significa que mudanças na “intensidade dos fatores” só pode ser obtida por intermédio de inovações tecnológicas.
- Em outras palavras, estamos supondo que um dado “estado das artes” é compatível com a existência de uma e apenas uma técnica de produção

# O Núcleo ...

- Por outro lado,  $q$  representa a quantidade de produto que pode ser obtida a partir de uma unidade de trabalho, ou seja, a produtividade média do trabalho.
- Deve-se ressaltar que os economistas clássicos divergem entre si a respeito da dinâmica da produtividade do trabalho.
  - Smith considera que a produtividade do trabalho tende a crescer ao longo do tempo com o aprofundamento da divisão do trabalho, motivada pelo aumento do tamanho dos mercados;
  - Ricardo supõe que o crescimento populacional levaria a ocupação de terras cada vez menos férteis e, conseqüentemente, a redução da produtividade média do trabalho.



*Figura 1*

# O “Ensaio de 1815” e a Lei dos Rendimentos Decrescentes

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia - UnB

Pesquisador Nível IB do CNPq.



# Introdução

- Entre Smith e Ricardo há uma mudança no objeto de estudo da Economia Política
  - A questão fundamental deixa de ser o crescimento e passa a ser a distribuição do produto entre as classes nas quais se acha dividida a sociedade.
  - A distribuição é o tema fundamental porque é condicionante do desenvolvimento da vida econômica.
- O aspecto fundamental do processo produtivo na visão de Ricardo consiste na determinação do valor e da evolução da taxa de lucro, sobretudo a sua relação com a taxa de salário.
  - A preocupação com a taxa de lucro se justifica pelo fato de que dela depende o movimento do processo capitalista.

# Introdução

- A questão da taxa de lucro foi analisada por Ricardo em dois momentos:
  - “Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital” (1815)
  - Três edições dos “Princípios de Economia Política e Tributação” (1817-1821)
- “Ensaio de 1815”: a taxa geral de lucro é determinada pela taxa de lucro que se forma na agricultura e a evolução desta depende da renda fundiária.

# A Renda da Terra em Ricardo

- Via de regra a produção de mercadorias irá demandar a utilização de um recurso que não pode ser reproduzido por intermédio do trabalho, a saber : a terra.
- A medida em que a terra é um recurso “escasso”; segue-se que é possível cobrar pelo seu uso.
- Daí se origina a “renda da terra”.
- Trata-se de um pagamento que deve ser feito ao proprietário da terra pelo simples uso da mesma; não estando relacionado nem com a sua fertilidade e muito menos com eventuais “melhorias” que o proprietário tenha introduzido nela.

# A Renda da Terra em Ricardo

- “Essa renda é a porção do produto da terra paga ao seu proprietário pelo uso das forças naturais e indestrutíveis do solo. A renda é frequentemente confundida com os juros e com o lucro do capital, e, na linguagem popular, o termo é aplicado a qualquer pagamento anual de um agricultor ao proprietário da terra em que trabalha. Se, duas fazendas vizinhas com a mesma extensão e idêntica fertilidade natural, uma contasse com todas as vantagens de edificações agrícolas e se, além disso, estivesse devidamente drenada e adubada e adequadamente repartida por sebes, cercas e muros, enquanto a outra não apresentasse qualquer dessas benfeitorias, naturalmente maior remuneração seria paga pelo uso da primeira; não obstante, em ambos os casos essa remuneração seria chamada renda. É evidente, contudo, que somente uma parte do dinheiro pago anualmente pela fazenda com benfeitorias seria dada em troca das forças originais e indestrutíveis da terra; a outra seria paga pela utilização do capital empregado para melhorar a qualidade da terra e para a construção de edificações necessárias à segurança e preservação dos produtos” (Ricardo, 1817, p.65)

# A Renda da Terra em Ricardo

- *“Na colonização de um país dotado de terras ricas e férteis, das quais apenas uma pequena parte necessita ser cultivada para o sustento da população, e que pode ser cultivada com o capital de que essa população dispõe, não haverá renda ninguém pagará pelo uso da terra, enquanto ainda houver uma grande extensão não ocupada e, portanto, ao alcance de quem deseja cultivá-la” (Ricardo, 1817, p.66)*

# O Ensaio de 1815

- Se a ocupação das terras agricultáveis se dá das terras mais férteis para as menos férteis então com o processo de desenvolvimento económico iremos observar duas coisas:
  - Uma redução da taxa de lucro na agricultura (devido ao aumento do requisito unitário de mão-de-obra na produção agrícola).
  - Um aumento da renda fundiária sobre as parcelas infra-marginais de terra.
- Essa redução da taxa de lucro na agricultura irá se generalizar para toda a economia à medida que a livre movimentação de capitais entre os setores induzir a equalização das taxas setoriais de lucro.

Quadro que apresenta o desenvolvimento da renda fundiária e dos lucros em razão de um suposto aumento de capital

CAPITAL	LUCRO	Excedente após pagamento dos custos	FRAÇÕES DE TERRA																
			1. <sup>a</sup>		2. <sup>a</sup>		3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	6. <sup>a</sup>	7. <sup>a</sup>	8. <sup>a</sup>							
			Lu- cro	Ren- da	Lu- cro	Ren- da	etc.										Ren- da		
arrobas de cereal	%	Arrobas de cereal																	
200	50	100	100	—															
210	43	90	86	14	90	—													
220	36	80	72	28	76	14	80	—											
230	30	70	60	40	63	27	66	14	70	—									
240	25	60	50	50	52'5	37'5	55	25	57'5	12'5	60	—							
250	20	50	40	60	42	48	44	36	46	24	48	12	50	—					
260	15	40	30	70	31'5	58'5	33	47	34'5	35'5	36	24	37'5	12'5	40	—			
270	11	30	22	78	23	67	24	56	25'3	44'7	26'4	33'6	27'5	22'5	27'6	12'4	29'7		

PERÍODOS	Capital total empregado	Renda total recebida pelos proprietários fundiários	Lucros totais recebidos pelos proprietários do capital	Percentagem do lucro sobre o capital total	Percentagem da renda sobre o capital total	Produto total após o pagamento dos custos
1. <sup>o</sup>	900	—	100	50	—	100
2. <sup>o</sup>	410	14	176	43	3'4	190
3. <sup>o</sup>	630	42	228	36	6'7	270
4. <sup>o</sup>	860	81	259	30	9'4	340
5. <sup>o</sup>	1.100	125	275	25	11'4	400
6. <sup>o</sup>	1.350	180	270	20	13'3	450
7. <sup>o</sup>	1.610	248'5	241'5	15	15'4	490
8. <sup>o</sup>	1.880	314'5	205'5	11	16'7	520

# Dificuldades no Raciocínio Ricardiano

- Ricardo reduz a cereal todo o capital utilizado na produção agrícola.
- Isso requer que os demais bens que fazem parte do capital sejam convertidos em cereal com base nos preços desses produtos.
- Sendo assim, o raciocínio Ricardiano pressupõe que os preços dos meios de produção não se alterem ao longo do processo.
  - Essa hipótese é inadmissível uma vez que a expansão do cultivo agrícola sobre terras cada vez menos férteis deve provocar um aumento do preço do cereal relativamente aos preços das demais mercadorias. Isso tem o efeito de aumentar a taxa de lucro na agricultura.



# Dificuldades ...

- Na indústria, contudo, o aumento do preço de cereal não é compensado por um aumento do preço do produto, o que irá produzir uma redução da taxa de lucro na indústria.
- A livre-movimentação dos capitais irá, dessa forma, induzir uma redução da taxa de lucro na agricultura.
- É a taxa de lucro na indústria que regula a taxa de lucro na agricultura, e não o contrário.
  - Necessidade de uma teoria do valor.
- Essas dificuldades poderiam ter sido contornadas por Ricardo se ele tivesse adotado a hipótese de que na agricultura o produto final e os insumos utilizados na produção tem a mesma natureza física.
  - Essa hipótese, contudo, jamais foi apresentada por Ricardo.

# Um Modelo Ricardiano Simplificado

- Seja  $a = X/L$  a produtividade do trabalho na parcela marginal de terra, ou seja, na margem agrícola onde a renda da terra é igual a zero.
- Seja  $w$  a quantidade de cereal que corresponde a taxa de salários.
- Como a parcela marginal não paga renda, temos que:
  - $r = (X - wL)/wL = (X/L)(1/w) - 1 = (a/w) - 1$
- Sobre cada uma das terras infra-marginais, a renda unitária é igual a diferença entre a quantidade de cereal produzida na terra considerada e a quantidade de cereal produzido por cada unidade de trabalho na terra marginal.

# Um modelo ...

- Seja  $L'$  a quantidade de trabalho empregada na terra infra-marginal e  $a'$  a quantidade de cereal por trabalhador produzida nessa parcela de terra.
- Os salários serão iguais a  $wL'$
- Os lucros serão iguais a:
  - $rwL' = ((a/w)-1)wL' = aL' - wL' = (a-w) L'$
- A renda da terra é o que sobra do produto após a retirada do salário e do lucro:
  - $RT = a'L' - (a-w)L' - wL' = a'L' - aL' + wL' - wL' = (a' - a)L'$

# Conclusões do Modelo

- Com o aumento da produção agrícola temos que:
  - Aumenta a renda da terra, seja porque  $(a' - a)$  aumenta devido a redução de  $a$ , seja porque terras marginais se convertem em infra-marginais, obtendo-se assim rendas que antes eram inexistentes.
  - Os salários totais aumentam, já que aumenta a ocupação com taxa salarial constante.
  - Os lucros totais declinam já que após certo ponto a tendência a zero de  $r$  mais do que compensa o aumento do capital.
  - Para estancar, ainda que momentaneamente, o processo de queda da taxa geral de lucro, seria necessário acabar com as “leis do trigo”, ou seja, permitir a livre importação de grãos para permitir o barateamento do cereal e a queda dos salários (medidos em termos dos preços dos produtos não-agrícolas).

# Observações sobre os Rendimentos Decrescentes.

- Crítica de Sraffa a leis dos rendimentos (1925/1926):
  - “Relação entre custo e quantidade produzida” (1925) [ publicado em italiano]
  - “As Leis dos Rendimentos em Condições de Concorrência” (1926) [ publicado em inglês no *Economcic Journal*]
- Os rendimentos decrescentes em Ricardo tem sua origem no fato de que a superfície agrícola é tecnicamente diferenciada, não tendo nenhuma relação com a proporção na qual trabalho e terra são empregados no processo produtivo.
  - A interpretação convencional da “lei dos rendimentos decrescentes” pressupõe uma superfície agrícola tecnicamente homogênea sobre a qual são adicionadas doses sucessivas de trabalho com vistas ao aumento da quantidade produzida.
  - Nesse contexto, o aumento progressivo da proporção trabalho-terra levaria a um aumento inicial do produto médio do trabalho até que o mesmo alcance um certo valor máximo, a partir do qual a continuidade do aumento da proporção terra-trabalho deverá produzir uma queda no produto médio.

# Observações ...

- Esse mecanismo pressupõe um comportamento irracional por parte do empresário agrícola: o comportamento mais correto do ponto de vista econômico seria dividir a superfície agrícola em lotes, cujo tamanho seria definido de forma a maximizar a produtividade de cada trabalhador alocado ao mesmo.
- Dessa forma, o aumento da produção agrícola pode ser obtido por intermédio de um aumento do “grau de utilização” da superfície agrícola, num contexto de rendimentos marginais constantes.

# A Teoria do Valor em Ricardo

Prof. José Luis Oreiro  
Departamento de Economia - UnB  
Pesquisador Nível IB do CNPq.

# A Teoria do Valor Trabalho

- Segundo Ricardo, as mercadorias numa economia capitalista devem ser trocadas em proporção a quantidade de trabalho nelas contido.
- Essa relação não seria afetada pelo fato de que em tal economia uma parte do produto não retorna aos trabalhadores sob a forma de salários.
- Numa economia mercantil simples, a quantidade de trabalho que pode ser adquirida por uma mercadoria A nada mais é do que a quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias pelas quais se trocam A.
  - $P_a = w q_a$                        $l_a = P_a/w = q_a$
  - $P_b = w q_b$                        $l_b = P_b/w = q_b$
- Numa economia capitalista a mercadoria A pode adquirir trabalho em dois sentidos:
  - Porque existe trabalho nas mercadorias adquiridas por A.
  - Porque A se permuta diretamente por trabalho.
    - $P_a = w q_a(1+r)$                        $l_a = q_a(1+r)$
    - $P_b = w q_b(1+r)$                        $l_b = q_b(1+r)$
    - $P_a/P_b = q_a/q_b$



# A Teoria do Valor ...

- Se efetivamente os valores de troca de uma economia capitalista fossem iguais as quantidades de trabalho contidas nas mercadorias então a taxa de lucro poderia ser calculada em termos puramente físicos.
- A quantidade de cereal seria substituída pela quantidade de trabalho.
- A questão levantada por Ricardo é saber se a Teoria do Valor Trabalho passa incólume por outras objeções.
  - Ricardo constata que, em geral, a troca de mercadorias em conformidade com a quantidade de trabalho nelas contida se mostra incompatível com a realidade da concorrência.
  - Se a taxa de lucro é a mesma em todos os setores então a relação de troca entre duas mercadorias não depende da quantidade de trabalho contido nas mesmas mas também do período no qual esses trabalhos foram incorporados às diversas mercadorias.
  - Consideremos uma mercadoria que exija uma quantidade conjunta  $T_1$  de trabalho para ser produzida:
    - $T_1 = T_{11} + T_{12}$
    - $T_{11}$ : quantidade de trabalho utilizada no período corrente para a produção da mercadoria 1.
    - $T_{12}$ : quantidade de trabalho utilizada no período anterior para a produção dos meios de produção necessários à elaboração da mercadoria em questão.
  - Consideremos que o trabalho seja pago por intermédio de uma antecipação anual, a qual constitui o capital circulante.

# A Teoria do Valor ...

- Capital circulante empregado na produção da mercadoria em questão:  $wT_{11}$
- Essa antecipação contribui para o valor da mercadoria 1 em :  $w(1+r)T_{11}$
- Valor dos meios de produção empregado na produção da mercadoria 1 é:  $w(1+r)T_{12}$
- Temos:
  - $P_1 = (1+r) [wT_{11} + (1+r) T_{12}]$
  - $P_1 = (1+r) w T_{11} + (1+r)^2 w T_{12}$

# A Teoria do Valor ...

- Para uma mercadoria 2 que necessite de trabalho conjunto T2 - produzido pela soma de um trabalho T21 e um trabalho T22, temos:
- $P2 = (1+r) w T21 + (1+r)^2 w T22$
- $P1/P2 = (T11/T21) * [1+(1+r)(T12/T11)] / [1+(1+r)(T22/T21)]$
- Se  $(T11/T12) = (T21/T22)$
- Então:
- $P1/P2 = T11/T21$
- Para que seja válida a “lei do Valor” é necessário que a estrutura temporal do trabalho contido seja igual em ambas as mercadorias
- O grande problema encontrado por Ricardo consiste na incapacidade desse autor em encontrar uma medida invariante do valor, tal como uma grandeza física.
- Ricardo mantém nos princípios a mesma tese que sustentaria no Ensaio de 1815, ou seja, de que a taxa de lucro agrícola determina a taxa geral de lucro e que, por isso, a tendência queda da taxa de lucro agrícola está na origem da queda da taxa de lucro de todo o sistema.

# A Lei dos Mercados de J.B.Say

Prof. José Luis Oreiro

Departamento de Economia - UnB

Pesquisador Nível I do CNPq.

# A Lei dos Mercados de Say

- O enunciado original da Lei de Say, tal como foi concebida originalmente pelo próprio Say, dizia simplesmente que haveria sempre demanda suficiente para absorver a produção corrente, qualquer que seja o nível desta.
- Esse resultado é obtido a partir da adoção das seguintes premissas (cf. Lipkin, 1990):
  - “Produzir é querer comprar”
  - “Produzir é poder comprar”.
- Em outras palavras, a Lei de Say pressupõe que os requisitos para a existência de demanda efetiva pelas mercadorias - o desejo e a capacidade de comprar - se acham implícitos no próprio ato de produção das mesmas.
  - *“É bom observar que um produto acabado oferece sempre, a partir desse instante, um mercado para outros produtos equivalente a todo o montante de seu valor. Com efeito, quando o último produtor acabou seu produto, seu maior desejo é vendê-lo para que o valor desse produto não fique ocioso em suas mãos. Por outro lado, porém, ele tem igual pressa de desfazer-se do dinheiro que sua venda propicia, para que o valor do dinheiro não fique ocioso. Ora não é possível desfazer-se do dinheiro, senão procurando comprar um produto qualquer. Vê-se, portanto, que só o fato da criação de um produto abre, a partir desse mesmo instante, um mercado para outros produtos”* (Say, 1983, p.139).

# A Lei ...

- Duas preposições fundamentais da Lei de Say:
  - A produção (renda) é sempre gasta.
  - Todo o nível de produção é solvável.
- Uma vez aceitas as premissas da Lei de Say temos que concluir que os indivíduos irão utilizar toda a sua renda, proveniente da venda de sua produção no mercado, para adquirir outras mercadorias.
- Isso porque a satisfação de necessidades, presentes ou futuras, é o móvel da produção, de tal maneira que a simples ocorrência de atividade produtiva demonstra que os indivíduos desejam comprar outras mercadorias.
  - Invalida a crítica de senso-comum a Lei de Say, segundo a qual a oferta de mercadorias pode se tornar excessiva porque os indivíduos que tem capacidade para adquirir bens, podem não ter o desejo de fazê-lo.
    - *“O erro está em não perceber que, embora todos os que tem com que pagar possam já estar de posse de cada artigo de consumo que desejam, o fato de continuarem a aumentar a produção prova que a realidade efetiva não é essa”* (Mill, 1988, p.205).

# A Lei ...

- Aceitas as premissas da Lei de Say, temos que concluir que todo o nível de produção é solvável
- De acordo com a segunda premissa da Lei de Say, sabemos que “produzir é pode comprar”.
- Essa premissa significa que é a própria produção que determina a renda dos indivíduos, ou seja, que a renda é gerada no próprio ato de produção.
- Nas palavras de Say:
  - *“Em que consistem tais meios? Em outros valores, outros serviços, frutos de sua indústria, de seus capitais e de suas terras: daí resulta, embora a primeira vista pareça um paradoxo, que é a produção que propicia mercados para os produtos”* (1983, p.137).

# A Lei ...

- Ao acrescentarmos a primeira premissa o esquema fica completo: os indivíduos produzem porque querem comprar outros produtos, e ao produzirem obtêm os meios necessários para fazê-lo.
- A demanda não se constitui em obstáculo para o crescimento da produção, pois qualquer nível de produção é solvável.
- A Lei de Say pode ser vista como um princípio que estabelece a existência de uma relação de determinação unilateral do gasto pela renda.
  - A produção determina a renda
  - A renda é integralmente gasta.
  - $Y_t = D_t$  (1)
  - Subtraindo o consumo de ambos os lados da expressão (1), temos:
  - $S_t = Y_t - C_t = D_t - C_t = I_t$  (2)
  - A poupança determina o investimento.
  - Se os indivíduos só produzem com o objetivo de comprar, então a parcela da produção que não for alocada para consumo presente será, de imediato, alocada para consumo futuro.
  - Poupar é o mesmo que investir.



# A Lei ...

- Para os economistas clássicos não há distinção entre poupança e investimento, ou seja, poupar é o mesmo que investir, não são decisões distintas, mas a dupla face de um mesmo fenômeno: a acumulação de capital.
- Nas palavras de Garegnani:
  - *“In Ricardo and Malthus, as in Smith before then, the question of a possible divergence between the two magnitudes has not been posed”* (Garegnani, 1983, p.26).
- A poupança não se constitui numa redução da demanda agregada, ou seja, a parcimônia não implica numa redução da demanda por bens.
- Isso porque tudo o que não for gasto com a compra de bens de consumo, o será com a compra de bens de investimento.

# A Lei ...

- A aceitação da Lei de Say não implica na negação da possibilidade de ocorrência de crises econômicas.
- Com efeito, todos os economistas clássicos reconheciam a possibilidade de ocorrência de divergências entre a composição setorial da oferta e a composição setorial da demanda, de forma que haveriam algumas mercadorias em excesso de oferta nos mercados.
- A contra-partida dessa situação é que existiriam outras mercadorias com excesso de demanda.
- A nível agregado, contudo, a magnitude da oferta seria igual a magnitude da demanda.
- Nas palavras de Sowell:
  - *“The classical economists were not guilty of the absurdity of denying the existence of depressions, unemployment, or unsold goods, as sometimes is claimed in the literature. They recognized such phenomena as effects of production as far as product mix was concerned, but not excessive in the aggregate”* (Sowell, 1978, p.43).

# A Lei de Say e a Moeda

- A existência de moeda faz com que os atos de compra e venda de mercadorias sejam separados no tempo.
  - Ao vender um produto, o indivíduo não é obrigado a gastar imediatamente o resultado dessa venda. Ele pode *adiar* a realização desse gasto.
  - A introdução da moeda como simples intermediário de trocas é condição necessária para dar um grau maior de autonomia às decisões de gasto dos agentes econômicos.
  - Nesse caso, a possibilidade de *adiamento* dos gastos que é introduzida pela moeda faz com que o corolário básico da Lei de Say seja rejeitado: os indivíduos produzem, vendem a sua produção no mercado, mas não compram.
  - No período de produção de referência haverá um excesso de mercadorias não vendidas devido à insuficiência de demanda efetiva.
  - Para que a existência de moeda seja uma condição suficiente para o adiamento da decisão de gastos, no entanto, a moeda não deve ser vista apenas como um intermediário de trocas, ela deve ser vista como um instrumento de acumulação de riqueza no tempo.
  - Essa função da moeda como “reserva de valor” não é considerada pelos economistas clássicos, para quem a moeda é um simples intermediário de trocas.

# A Lei de Say e a Moeda

- Nas palavras de Ricardo:
  - “Os produtos são sempre trocados por outros produtos ou serviços. O dinheiro é o meio pelo qual se efetua a troca” (Ricardo, 1982, p.198).
- Nas palavras de Say:
  - “(...) O dinheiro é apenas a viatura de valor dos produtos” (Say, 1983, p.138).

# A Lei de Say e a Teoria Ricardiana

- A Lei de Say desempenha um papel importante na teoria Ricardiana da acumulação de capital, qual seja: demonstrar que a demanda não pode exercer qualquer influência limitante no crescimento econômico no longo-prazo.
  - No longo-prazo, a economia alcançaria um *estado-estacionário* devido tão somente a deterioração das condições técnicas de produção, não por insuficiência de demanda efetiva.

# A Lei de Say ...

- *“O fato de que esse incremento da produção e a conseqüente demanda por ele determinada faça ou não diminuir os lucros, depende somente da elevação dos salários. E a elevação dos salários depende da facilidade com que se produzem os alimentos e os gêneros de primeira necessidade consumidos pelo trabalhador” (Ricardo, 1817, p.199).*

# Sraffa e o Retorno aos Clássicos

José Luis Oreiro

Departamento de Economia - UnB

Pesquisador Nível IB do CNPq

# O retorno aos clássicos

- A obra de Sraffa, “produção de mercadorias por meio de mercadorias”, reabre o programa de pesquisa da economia política clássica.
- Unidade fundamental na teoria clássica: partindo da existência de um excedente físico e da exigência de reprodução da economia ao longo do tempo, busca-se determinar o sistema de preços que proporciona uma taxa de lucro uniforme para todos os setores.
- Questão teórica fundamental: como é possível que o capitalismo se reproduza?



# As equações de produção

$$\bullet (A_{11}P_1 + \dots + A_{1n}P_n)(1+r) = A_1P_1 \quad (1)$$

$$\bullet (A_{21}P_1 + \dots + A_{2n}P_n)(1+r) = A_2P_2 \quad (2)$$

... ..

$$\bullet (A_{n1}P_1 + \dots + A_{nn}P_n)(1+r) = A_nP_n \quad (3)$$

- Circularidade no processo de produção das mercadorias: as mercadorias utilizadas na produção de outras mercadorias são exclusivamente aquelas produzidas dentro do sistema.

# As equações de produção

- Dividindo-se cada equação por  $A_i$  temos:
  - $(a_{11}P_1 + \dots + a_{1n}P_n)(1+r) = P_1$
  - $(a_{21}P_1 + \dots + a_{2n}P_n)(1+r) = P_2$
  - $\dots \quad \dots \quad \dots \quad \dots$
  - $(a_{n1}P_1 + \dots + a_{nn}P_n)(1+r) = P_n$
- Hipótese: o sistema econômico é capaz de auto-reprodução, no sentido de que as quantidades das  $i$  mercadorias utilizadas como insumo em todos os setores é menor ou igual a quantidade produzida por essa mercadoria.
  - $\sum A_{ij} \leq \sum A_j$  para ao menos um “ $j$ ”

# Teorema de Perron-Fronbenius

- Escrevendo o sistema na forma matricial, temos:
  - $AP(1+r) = P$
  - Seja  $c = 1/(1+r)$
  - Temos:
  - $AP = cP$  (\*)
  - Enunciado do Teorema: existe uma solução para (\*) com um vetor positivo de preços e uma taxa de lucro positiva.
  - A prova do teorema exige que:
    - (a) cada mercadoria é utilizada direta ou indiretamente na produção de todas as outras.
    - (b) os trabalhadores são um produto como outro qualquer e consomem uma dada cesta de mercadorias (salário real exógeno)